

A COISA IMÓVEL COMO OBJETO MATERIAL DO CRIME DE RECEPÇÃO

FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO
Juiz de Direito — SP

Prevê o artigo 180 do Código Penal que o crime de receptação dolosa ocorre quando alguém “Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte”, cuja pena é de um a quatro anos de reclusão, e multa. (grifo nosso)

Na primeira parte do preceito primário da norma, temos a denominada “receptação própria”, enquanto na parte final configura-se a “receptação imprópria”.

Como fato punível, a receptação já figurava no Direito Romano. Era considerada como *auxilium post delictum* ou cumplicidade subsequente. Para tratamento penal, o receptador era equiparado àquele que furtava. Mas a partir da Idade Média, a pena veio a ser atenuada para o receptador em relação a quem praticava furto.

A autonomia do crime de receptação foi inicialmente sugerida por Carpsóvio (Século XVII), e depois consolidou-se dessa forma por influência de Nani, passando a ter, então, como pressuposto, não apenas um crime especificamente contra o patrimônio, mas todo e qualquer crime que acarretasse uma anormal situação patrimonial em favor do agente. A idéia central passou a ser no sentido de que era ilógica a participação em crime consumado.

Os Códigos toscano e bávaro (1813), este de autoria intelectual de Feuerbach, foram praticamente os primeiros a adotar a autonomia do crime de receptação, segundo dados históricos recolhidos pelo articulista.

Essa figura jurídica acabou se bifurcando depois, inclusive no direito pátrio, em relação aos critérios anteriores, para crime de “favorecimento real” (artigo 349, Código Penal), e de “receptação” (artigo 180, Código Penal), sendo o primeiro classificado como crime contra a administração da justiça, e o segundo colocado entre os crimes contra o patrimônio.

Ressalte-se, no entanto, que, embora incluída a receptação na classe dos crimes contra o patrimônio, não está subordinada à

condição de que seja patrimonial o crime precedente, como adverte a maciça e melhor doutrina. Assim, não só o furto, o roubo, a extorsão, a apropriação indébita ou o estelionato, mas também o peculato, a falsidade documental, o suborno passivo, a prevaricação cúpida, a concussão, o lenocínio, o extravio, a sonegação ou inutilização de livro ou documento, o comércio de estupefacientes e o crime mercenário em geral, conforme o preleciona Nelson Hungria, um dos autores do Código de 1940, dentre outros, que também nos oferece clara definição desse delito de receptação, como sendo "crime que acarreta a manutenção, consolidação ou perpetuidade de uma situação anormal, decorrente de um crime anterior praticado por outrem. É um crime parasitário de outro crime" (in "Comentários ao Código Penal", vol. VII, 1.ª edição, pág. 296, Forense).

Tendo em vista que o legislador não se refere a coisa móvel no texto do artigo 180, mas somente a coisa, dando margem a que se inclua aí também a coisa imóvel, há polêmica a respeito da matéria, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, inclusive no estrangeiro.

A propósito, entende E. Magalhães Noronha que, embora a lei não exclua necessariamente o imóvel, não é este propriamente o transferido, mas a sua posse ou domínio, ao passo que, no tocante ao móvel, há também transferência, mas física ou material da coisa, que entra concretamente para o poder ou disponibilidade de terceiro. O imóvel, ainda que de origem delituosa, permanece onde se encontra, ao passo que o móvel, passando de mão em mão, afasta-se de sua origem. Desse modo, enquanto a reivindicação daquele é mais segura e certa, a deste é problemática, podendo ser alterado até mesmo em sua forma, dificultando, dessa maneira, a ação do lesado e da Justiça.

Por outro lado, diz o autor que "receptação" é o ato de receber, indicando ação de dar receptáculo, sendo este substantivo sinônimo de "abrigo, esconderijo", lugar onde se guardam coisas, tudo isso não se harmonizando com a idéia de imóvel. Assim, conclui o autor que não acompanha os que pensam ter obrado mal o Código em não se referir expressamente a "coisa móvel". O autor admite, no entanto, que possam ser objeto material do crime de receptação as coisas imóveis mobilizadas (in "Direito Penal", 2.º vol., 8.ª edição, 1973, pág. 485, da Saraiva).

Damásio E. de Jesus também pensa do mesmo modo, descartando a hipótese de imóvel como objeto material do crime de receptação, concluindo que "receptação" significa dar receptáculo a alguma coisa, e que esta só pode ser móvel (in "Direito Penal", Parte Especial, 2.ª edição, pág. 487, da Saraiva).

Assim também se posiciona Bento de Faria (in "Código Penal Brasileiro Comentado", vol. V, 2.ª edição, pág. 207, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1959).

Não é diferente o ensinamento de Nelson Hungria, dizendo que o "objeto da receptação é a coisa móvel (dinheiro, jóias, mercadorias, título ao portador, etc.). Um imóvel não pode ser receptado, pois a receptação pressupõe um deslocamento da res, do poder de quem ilegítimamente a detém para o do receptador, de modo a tornar mais difícil a sua recuperação por quem de direito" (obra citada, pág. 298).

Na Itália, por exemplo, Manzini se manifesta do seguinte modo sobre o assunto: "Oggetto materiale della ricettazione possono essere, oltre il denaro, esclusivamente le cose mobili (o mobilizzate), perchè soltanto tali cose possono "provenire" da un delitto. L'immobile acquistato mediante truffa, falsità, o altro reato, non proviene da delitto, perchè esso rimane necessariamente nella condizione di prima, mentre ciò che si può dire provenga da delitto è il possesso dell'immobile e no l'immobile stesso. Rispetto ai mobili, invece, proviene da delitto non solo il possesso, ma altresì la cosa nella sua materialità" (in "Trattato di Diritto Penale Italiano", vol. XI/886, n. 3.469, Turim, 1952).

Também Pisapia está no mesmo sentido, in verbis:

"Per "cose" si intendono generalmente — benché la legge non lo dica espressamente — le sole cose "mobili", ritenendosi praticamente impossibile la ricettazione, l'acquisto e l'occultamento di cose immobili "provenienti da un delitto" (in "Istituzioni", CEDAM, 1970, pág. 441).

Assim também pensa Maggiore (in "Principii di Diritto Penale", vol. II/586, Bolonha, 1934, e in "Derecho Penal" — Parte Especial, vol. V, pág. 196, edição Temis, Bogotá, 1972).

Já Heleno Cláudio Fragoso coloca-se em posição diametralmente oposta, e concluimos, com respeito aos que pensam em sentido diverso, que este jurista está com o melhor entendimento sobre o assunto, conforme procuraremos demonstrar, por meio de vários fundamentos.

Com efeito, preleciona o referido autor que "Objeto material da ação pode ser qualquer coisa (móvel ou imóvel). Não nos parece justificável a restrição feita por Hungria e Magalhães Noronha, de que somente a coisa móvel pode ser objeto material deste crime. A palavra "coisa", empregada pela lei, tanto pode ser aplicada aos móveis como aos imóveis. Na receptação, a lei não distingue, como faz no furto (artigo 155 do Código Penal) e no roubo (artigo 157 do Código Penal) sobre a natureza da coisa. Não se percebe porque a receptação pressuponha "deslocamento"

do objeto. O significado léxico da palavra é secundário quando se trata de conceitos normativos. Por outro lado, é perfeitamente claro que um imóvel pode ser produto de crime (falsidade, estelionato, etc.). Não só a posse provém de crime, neste caso, como a própria coisa, isto é, o próprio imóvel, na sua materialidade... e pode haver receptação, desde que venha a ser tal imóvel adquirido por terceiro, com conhecimento de causa". (in "Lições de Direito Penal", Parte Especial, vol. 2.º, págs. 328/329, José Bushatsky Editor, 1958).

E mais adiante o autor explica que assim é no Código Penal Alemão.

Todas essas divergências foram muito bem enfocadas no v. acórdão n. 57.710-5, da 2.ª Turma do Colendo Supremo Tribunal Federal, que concluiu pela adoção da doutrina predominante, no sentido de que o imóvel não pode ser objeto material do crime de receptação, com o que não concordamos, *data maxima venia*, sempre com o devido respeito e admiração aos reconhecidos baluartes do nosso Direito Penal (RT, 546/412).

A matéria também foi amplamente abordada in RT, 567/280 e 554/425, que poderão ser consultadas com certo proveito.

Em seguida, apresentaremos pelo menos oito fundamentos pelos quais procuraremos justificar o nosso ponto de vista a respeito do controvertido assunto.

1.º) O legislador, no caso de furto (artigo 155 do Código Penal), roubo (artigo 157) e apropriação indébita (artigo 168), mencionou, expressamente, "coisa móvel", e, por que não iria fazê-lo também ao tratar da receptação, se assim o desejasse?

Então, na interpretação de nosso sistema jurídico-penal, mostra-se correto concluir que, se o legislador se limitou a mencionar a palavra "coisa" no preceito primário da norma, o imóvel ficou abrangido pela expressão.

Com tal raciocínio, podemos também inferir que ao se considerar o imóvel como passível de ser objeto material do crime de receptação, nenhuma afronta haverá ao princípio da legalidade, consagrado no artigo 1.º, do Código Penal, *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege*, pois há previsão legal para a espécie, que é o próprio artigo 180, onde o legislador não distinguiu como o fez nas três figuras jurídicas acima enumeradas.

E, por outro lado, dizer, como o fez o v. acórdão publicado in RT 567/280, que a regra *ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet* não tem caráter absoluto, como poderia parecer à primeira vista, na esteira do pensamento esposado por Carlos Maximiliano, renomado hermeneuta do direito, não se mostra

relevante, pois, na realidade, nenhuma regra é absoluta em matéria de interpretação jurídica.

Aliás, há de se entender melhor o que esse grande mestre quis dizer, se se transcrever trecho maior do que ele escreveu a respeito do assunto, *in verbis*: "... Quando o texto dispõe de modo amplo, sem limitações evidentes, é dever do intérprete aplicá-lo a todos os casos particulares que possam enquadrar na hipótese geral prevista explicitamente; não tente distinguir entre as circunstâncias da questão e as outras; cumpra a norma tal qual é, sem acrescentar condições novas, nem dispensar nenhuma das expressas". E mais adiante, após afirmar que a regra não é absoluta, prossegue: "... O seu objetivo é excluir a interpretação estrita; porém esta será cabível e concludente quando houver motivo sério para reduzir o alcance dos termos empregados, quando a razão fundamental da norma se não estender a um caso especial; enfim, quando, implicitamente ou em outras disposições sobre o mesmo assunto, insertas na mesma lei ou em lei diversa, prescrevem limites, ou exceções, ao preceito amplo" (in "Hermenêutica e Aplicação do Direito", Forense, 1984, 9.ª edição, págs. 246/247). (grifo nosso)

Ora, se o artigo 180, do Código Penal, não fez distinção quanto à extensão da palavra "coisa", "É dever do intérprete aplicá-lo a todos os casos particulares que se possam enquadrar na hipótese geral prevista explicitamente", conforme lição do autor invocado no referido acórdão, eis que, não há no Código Penal ou em outros institutos ou leis de nosso ordenamento jurídico qualquer restrição para se interpretar a palavra "coisa" como abrangente de imóvel, conforme bem o viu o emérito Heleno Cláudio Fragozo.

E mais: só "Um motivo sério" permitiria a interpretação estrita, mas, na verdade, esse "motivo sério" existe e é exatamente para incluir o imóvel como possível objeto material do crime de receptação, como pretendemos demonstrar com o fundamento seguinte.

Conforme diz o renomado mestre Carlos Maximiliano, o objetivo da referida regra *ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet*, é excluir a interpretação estrita, e que esta só será cabível e concludente quando houver "um motivo sério" para reduzir o alcance dos termos empregados.

2.º) De certo modo, podemos dizer que o crime de receptação é gênero em relação às espécies representadas pelos crimes de furto, roubo e apropriação indébita, em cuja tipificação o legislador entendeu estreitar os limites de incidência, inserindo nos respectivos textos dos preceitos primários da norma a expres-

são "coisa móvel", mas assim não procedeu no tocante à receptação, que, por ser mais abrangente, inclui crimes precedentes até mesmo de natureza diversa daqueles contra o patrimônio, conforme visto.

Analise, agora, o "motivo sério" referido por Carlos Maximiliano, não para interpretar estritamente o disposto no artigo 180, do Código Penal, quando se refere a "coisa", mas, pelo contrário, de forma a abranger também a "coisa imóvel".

Com efeito, se o crime precedente tiver por objeto material coisa móvel, então não haverá discussão a respeito, pois há uniformidade de entendimento nesse sentido, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, e o receptador poderá ser punido de conformidade com o disposto no artigo 180 do Código Penal.

Também se o crime precedente for de contrabando, temos a previsão do artigo 334, § 1.º, "d", do Código Penal, no sentido de que o "receptador", no exercício de atividade comercial ou industrial, incorrerá na mesma pena do contrabandista.

Do mesmo modo, se o crime anterior for de moeda falsa, o "receptador" poderá ser punido de acordo com o artigo 289, § 1.º, do Código Penal, ou seja, nas mesmas penas do falsificador.

Poderá também ocorrer fato tipificado no artigo 349, do Código Penal, crime de favorecimento real, "quando o objetivo é auxiliar o autor do crime e não proveito próprio ou de terceiro" (RT, 503/336).

No entanto, para aqueles que entendem de não incluir no tipo do artigo 180 a "coisa imóvel", que crime cometeria quem adquirisse ou recebesse, em proveito próprio ou alheio, "coisa imóvel" que, sabidamente, fosse produto de crime, ou influísse para que terceiro, de boa-fé, a adquirisse ou recebesse?

Na verdade, nenhum crime ocorreria, porque com tal entendimento não se tipificaria.

E por outro lado, se não houver dolo anterior ou concomitante ao crime precedente envolvendo "coisa imóvel", aquele que depois tirar proveito da situação, mesmo dolosamente, não poderá ser enquadrado como co-autor daquele crime precedente, ficando, portanto, absolutamente impune, pois pouquíssimos são os autores que admitem a punibilidade pela existência de dolo subseqüente, em relação a crime anterior.

Ora, isso constituiria verdadeiro absurdo, pela injustiça que traduziria num ordenamento jurídico que procura atingir a boa distribuição da justiça, pois teríamos uma ação absolutamente anti-social e praticada com índole criminosa, sem que o agente recebesse a devida resposta punitiva pela atuação contrária à boa

saúde da vida em sociedade, e tudo isso não obstante o preceito primário do artigo 180 não distinguir se se trata de coisa móvel ou imóvel, sem qualquer afronta ao princípio da legalidade em matéria penal (artigo 1.º do Código Penal).

Que justiça seria essa, de apenar muitas vezes pessoa humilde e sequer inclinada para a prática de crime, mas que se viu envolvida na receptação de pequena importância em dinheiro ou de outro objeto de pequeno valor, deixando de fazê-lo em relação àquele que, com ação muito mais danosa para a sociedade e para a vítima, mais ousada em sua exteriorização criminosa, teve acrescido o seu patrimônio com um ou mais imóveis valiosos, sabendo, de antemão, que se tratava de produto de crime, falso, estelionato, etc.?

Assim postas as coisas, verifica-se, sem qualquer esforço, que há "motivo sério", na elegante e correta linguagem de Carlos Maximiliano, para interpretar o artigo 180 do Código Penal como extensivo às coisas imóveis, não havendo uma boa razão sequer para lhe aplicar interpretação estrita.

A propósito, ensina Luiz Fernando Coelho ("Lógica Jurídica e Interpretação das Leis", Forense, 2.ª edição, 1981, pág. 88), que "A finalidade do conhecimento jurídico, ou seja, do cientista do direito, do advogado, do promotor de justiça, do juiz e do tribunal, ao decidir, não é definir aquilo que está contido nas leis, mas realizar os valores do direito, tornar efetiva a justiça, de preferência com a lei, mas se necessário contra a lei; a ordem jurídica, inclusive a organização hierárquica da administração da justiça, deve incluir os meios de controle, a fim de evitar os abusos que poderiam advir da má formação jurídica, pois é muito mais importante ter bons juizes do que boas leis". (grifo nosso)

Então, se para realizar os valores do direito e tornar efetiva a justiça, o bom juiz pode decidir até contra a lei, no caso enfocado, de considerar também o imóvel como objeto material do crime de receptação, isto sequer é necessário, pois devendo o jurista, em princípio, e como não poderia deixar de ser, se posicionar de conformidade com a lei, concluímos que o artigo 180 do Código Penal não distingue entre coisa móvel e imóvel, e, na espécie, o Juiz não precisa decidir contra *legem* para fazer justiça, para realizar os valores do direito, porque *legem habemus*.

A propósito, diz ainda o mesmo autor que "A ordem jurídica não é somente a coerência formal que procura preservar a hierarquia das normas de direito; não se reduz também à coerência material, que consiste em regular os dados da vida social de maneira não contraditória; ela é também a coerência axiológica, que se constitui pela harmonização das valorações independentes nos diversos graus em que ocorre; por meio dela se impede que

prevaleçam valorações contrárias aos princípios gerais do direito, que são as valorações básicas da ordem jurídica" (obra citada, pág. 172). (grifo nosso)

3.º) Aqueles que excluem o imóvel como objeto material do crime de receptação afirmam, principalmente, que a receptação pressupõe "deslocamento" da coisa; mas, neste passo, entendemos que a melhor interpretação está com o professor Heleno Cláudio Fragoso, discordando daquela outra posição, e asseverando que "o significado léxico da palavra é secundário quando se trata de conceitos normativos". (obra citada)

Dizemos mais: devemos entender "deslocamento" do objeto, em sentido jurídico, e não simplesmente em sentido físico. Em outras palavras, quando alguém, sabedor da origem criminosa do imóvel, o recebe em seu patrimônio, embora o que se transfira seja a posse e o domínio, e não propriamente o imóvel em si, que, fisicamente, permanece no mesmo lugar, na verdade se verifica um deslocamento "jurídico", eis que o imóvel deixa de fazer parte do patrimônio de alguém, para se incorporar ao patrimônio de outrem.

Da mesma forma, dizem que receptar significa dar "receptáculo", próprio de coisa móvel. Mas, aí, também deve ser dada uma interpretação jurídica e não necessariamente em sentido físico. É que, na linha de raciocínio supra, de fato aquele que recebe a coisa imóvel oriunda de crime, ciente disso, para proveito próprio ou alheio, o seu patrimônio ou de terceiro favorecido passa a servir de "abrigo", de "receptáculo" daquele objeto.

Aliás, De Plácido e Silva diz que "receptação", do latim *receptatio*, de "receptare" (ocultar, dar couro), exprime a ocultação ou a sonegação de alguma coisa (in "Vocabulário Jurídico", vol. IV, 3.ª edição, pág. 1.301, Forense), (grifo nosso). Assim, sonegação de alguma coisa também compreende perfeitamente o próprio imóvel (sonegar para o patrimônio de outrem).

Seja como for, além de não ter o legislador distinguido ao emitir a norma, entre coisa móvel e imóvel, temos que, para melhor entendermos a possibilidade de uma interpretação no sentido jurídico, e não apenas físico, quanto ao alegado "deslocamento", e à "recepção" do objeto, basta atentarmos para as ficções jurídicas existentes no ordenamento jurídico de todas as Nações desenvolvidas.

Por exemplo, o "horário noturno" previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (artigo 73), onde existem duas ficções jurídicas: (1) horário noturno é o compreendido entre às 22:00 horas de um dia e às 5:00 horas do dia seguinte (§ 2.º); (2) e a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30

segundos (§ 1.º). Assim, não importa que a noite no sentido da natureza comece mais cedo, logo após o pôr-do-sol de cada dia. Para fins da legislação trabalhista, a noite começa às 22:00 horas e termina às 5:00 horas do dia seguinte, e ponto final.

Ficções jurídicas também estão presentes na configuração do "crime continuado" (artigo 71 do Código Penal), no que deve ser entendido por "repouso noturno" (artigo 155, § 1.º do Código Penal), e assim por diante. E muitas dessas presunções, quando de caráter absoluto (*juris et de jure*), sequer admitem prova em contrário.

E se por ficção jurídica pode se dar uma interpretação condizente com a necessidade da vida social, por que não fazê-lo quando a própria lei não exclui a hipótese, em seu próprio texto, gramatical ou literalmente falando, como é o caso do artigo 180, do Código Penal? **A fortiori**, afigura-se evidente que a conclusão só poderá ser em sentido afirmativo.

Pensar de modo diverso seria aceitar uma lei injusta, conforme se procurou demonstrar no fundamento anterior, e, nesse passo, releva transcrever oportuna lição de Luiz Fernando Coelho: "Quando se encara a totalidade dialética do direito, vislumbra-se que existem valores a concretizar na vida individual e na social, pelo que o direito comporta necessariamente uma ideologia; pode-se assim pensar legitimamente que uma ordem jurídica injusta deve ser transformada, que uma legislação desumana deve ser suprimida, que um sistema jurídico atentatório à dignidade humana deve ser mudado e que a ciência do direito não pode ficar adstrita à contemplação das leis injustas, descrevendo-as para explicá-las, mas alheias à sua transformação" (obra citada, pág. 62).

4.º) Para quem defende a exclusão do imóvel como objeto material do crime de receptação, há, ainda, o argumento de que, embora o Código Alemão, citado por Heleno Cláudio Fragoso, mencione em seu artigo 259 apenas a palavra "coisas" ("*sachen*"), e a doutrina e jurisprudência admitam, lá, pacificamente, o imóvel como passível de receptação, o fato é que "o registro de imóveis é dominado do princípio da fé pública, pelo qual o que está registrado nos livros fundiários goza, em favor do adquirente de boa-fé, de presunção absoluta de verdade (*juris et de jure*), razão por que, ainda que o título registrado seja falso, o adquirente de boa-fé se torna proprietário, deixando de sê-lo o contrato no qual se fez a falsificação. Portanto, a atuação de um receptador ou de receptadores sucessivos pode tornar impossível a recuperação da coisa, bastando, para isso, que qualquer daqueles a transfira a terceiro de boa-fé", e que essa circunstância não ocorre no direito brasileiro, onde o registro imobiliário gera apenas

presunção relativa de verdade (*juris tantum*), suscetível, pois, de cair, diante de prova em contrário, esteja ou não o adquirente de boa-fé, "o que implica dizer que a vítima poderá, em face do falsário ou de terceiro de boa ou má-fé (a existência de um receptador em nada lhe dificultará a recuperação do bem), invalidar o registro e reaver o imóvel" (in RT, 546/421),

Pois bem. Em primeiro lugar, conforme visto, a presunção absoluta de verdade, de que goza o direito germânico quanto ao registro imobiliário, se refere apenas ao adquirente de boa-fé, e, de acordo com a legislação pátria, quem estiver agindo de boa-fé na espécie, não cometerá crime algum; e mesmo a configuração do delito na modalidade culposa (artigo 180, § 1.º do Código Penal), embora possível, no entendimento do articulista, dificilmente ocorrerá com o envolvimento de imóvel.

Portanto, esse argumento não tem a relevância que se lhe procura atribuir, pois é evidente que somente no caso de má-fé, com a presença de dolo, haverá o crime, tanto na Alemanha quanto no Brasil.

Além do mais, o argumento serve apenas para demonstrar um dos efeitos do registro imobiliário para aquele que tiver transcrito em seu nome determinado imóvel, mas isso não é da essência do ato delituoso em si, que se perfaz mesmo antes do título ser levado a registro imobiliário, desde que comprovado por outros meios idôneos, como v.g., se alguém, após falsificar uma procuração como se o legítimo proprietário do imóvel a tivesse outorgado, e depois lograr escritura também falsa em seu nome, repassando o imóvel para terceiro, que, sabedor da trama, o recebe de algum modo, com proveito próprio. Na hipótese, o crime já estaria tipificado mesmo sem o registro imobiliário, e este seria, então, ato de mero exaurimento do crime de receptação.

De fato, a receptação própria se consuma no ato, com o recebimento ou ocultação, e a imprópria, por se tratar de crime formal para a maioria dos autores, consuma-se com a conduta idônea a influir no terceiro de boa-fé, valendo lembrar que no caso do terceiro de boa-fé, se repassar depois para outrem a coisa assim recebida, não haverá receptação deste último, mesmo que ele saiba que a coisa provém de crime (RT, 508/382).

Concluimos conforme exposto porque, além do conceito civil de aquisição da propriedade imóvel não se limitar à modalidade da "transcrição do título de transferência no registro do imóvel" (artigo 530 do Código Civil), o tipo previsto no artigo 180, *caput*, do Código Penal, também prevê a hipótese de recebimento, cujo conceito dispensa, naturalmente, o prévio registro para a configuração do crime de receptação.

E no mesmo passo se aduz, que as coisas móveis, passando de mão em mão, se afastam do legítimo proprietário de tal sorte que torna cada vez mais difícil a recuperação, ao passo que o imóvel, não mudando fisicamente de lugar, a sua recuperação se torna mais fácil.

Este argumento, *data venia*, também não se mostra expressivo, para o ponto de vista que se procura defender, pois ninguém pode ignorar que o legítimo proprietário de imóvel transferido ilicitamente para outrem, sempre terá de enfrentar enormes percalços para fazer voltar as coisas ao estado anterior, contratando advogado para ingressar na Justiça, sujeitando-se a despesas e a demora que sempre ocorrem, arcando com o ônus da prova nem sempre fácil (artigo 333, I, Código de Processo Civil), mormente quando se trata de bem urdida trama por parte de pessoas inescrupulosas, geralmente em situação financeira muito mais privilegiada para enfrentar a demanda, com advogados experientes, não se desconhecendo que, em regra, essas falcaturas são cometidas contra gente humilde e sem recursos financeiros, e, pior, geralmente com a documentação do imóvel incompleta, mal elaborada e mesmo sem registro imobiliário, etc.

5.º) Dizer que ao redigir o artigo 180, do Código Penal, o legislador brasileiro se inspirou no artigo 648, do Código Penal Italiano, que admite somente a coisa móvel como objeto material do crime de receptação, segundo os seus melhores intérpretes (RT, 546/421, citada), e não no Direito Alemão, que se estende às coisas imóveis, onde se abebera o nosso consagrado jurista Heleno Cláudio Fragoso, para se sustentar que correta seria a tese da exclusão do imóvel, igualmente não nos parece relevante.

Com efeito, por que teríamos de ficar sempre presos ao Direito Comparado, e principalmente à legislação que inspirou a nossa? Assim como o filho tem personalidade diversa da do pai, e a lei, uma vez promulgada no ordenamento jurídico de um país, perde a sua identidade com a do próprio legislador que a criou, com o passar do tempo, por que teríamos de invocar, permanentemente, a fonte-mãe, de forma acanhada e não condizente com as necessidades sociais, variáveis de país para país, quando podemos, observadas as circunstâncias do sistema jurídico-pátrio, criar e ter personalidade própria, servir até de modelo para legislações alienígenas, em vez de nos abeberarmos, sempre, nos modelos estrangeiros? Não temos que imitar ninguém com total servilismo...

Ora, vamos romper com a tradição, e com a fonte inspiradora do artigo 180, do Código Penal, se for preciso; vamos interpretar a norma com visos à nossa realidade, onde o recebimento de

coisa imóvel oriunda de crime não é fato incomum no imenso território do país. Vamos ser pioneiros em alguma coisa...

O Direito é dinâmico; a doutrina e a jurisprudência avançam dia-a-dia, não se detêm nunca, acompanham o progresso, amparam novas atividades, sustentam as modernas conquistas, reprimem os inesperados abusos, embora dentro dos princípios antigos, evolutivamente interpretados, num esforço dinâmico e inteligente.

Afirmar que devemos seguir a fonte inspiradora, e que o legislador brasileiro deve ter obrado mal ao redigir o artigo 180, do Código Penal, não esclarecendo que "coisa" ali mencionada é a móvel, não deve ser aceito pacificamente, pois neste passo devemos observar a grande lição, antiga, do mestre Carlos Maximiliano, no sentido de que "... sob qualquer dos aspectos, a interpretação é antes sociológica do que individual. Vai caindo em vertiginoso descrédito a doutrina oposta, que se empenha em descobrir e revelar a vontade, a intenção, o pensamento do legislador. Despreza os postulados da Psicologia moderna, reduz, em demasia, o campo da Hermenêutica, assenta antes em ficções do que em verdades demonstráveis, força a pesquisas quase sempre inúteis e, em regra, não atinge a certeza colimada" (obra citada, pág. 31).

Aliás, também Luiz Fernando Coelho está no mesmo sentido, *in verbis*: "...o direito não é o passado que condiciona o presente, mas o presente que contrói o futuro"; "o direito não é a pressão do passado condicionando o presente, é a própria transformação do presente e a construção do futuro" (obra citada, págs. 63 e 340, respectivamente).

Concluimos nós, que é o direito efetivamente engajado na construção de um mundo mais humano.

6.º) Como se sabe, o Direito Penal tem pontos de contato com o Direito Civil, verificando-se uma progressiva transformação do ilícito civil em ilícito penal. E muitas figuras delituosas têm o seu alcance condicionado a dispositivos do Código Civil, que lhes fornecem a substância jurídica: crimes contra o casamento, cuja compreensão se subordina ao conhecimento de normas de direito familiar; o crime de violação de direitos autorais, cuja figura se alia aos preceitos civis disciplinadores da propriedade imaterial, etc. E o mesmo se pode dizer do Direito Comercial: crimes falimentares, concorrência desleal e crimes contra o privilégio de invenção e contra marcas de indústria e comércio, etc.

Muito embora não se desconheça que a integração da norma jurídica pela analogia, costumes e princípios gerais do direito

(artigo 4.º, da LICC) só pode ocorrer em relação às normas não incriminadoras, porque, em relação às que descrevem crimes e impõem sanções, vigora o princípio da legalidade, apresentam-se alguns argumentos válidos para o Direito Penal, em relação ao Direito Civil, uma vez que, no artigo 180 do Código Penal, não há lacuna a ser preenchida, pois, conforme visto, "coisa", ali, pode também ser imóvel.

Com efeito, de acordo com o artigo 43, do Código Civil, as árvores, enquanto agregadas ao solo, são consideradas imóveis, **por natureza**, e, assim, se alguém arranca uma árvore, torna-a coisa mobilizada. Todavia, se se transportar essa árvore, replantando-a em terreno diverso, em proveito próprio ou alheio, ela volta a ser imóvel, **por natureza**, e, então, na realidade, **houve aí a sonegação de um imóvel**, e note-se: não por acessão física ou intelectual, e nem por motivo de disposição legal, **mas imóvel por natureza**. Assim também pode ocorrer, agora por acessão intelectual, em relação a determinado equipamento mobilizado e novamente agregado ao solo para exploração industrial, aformoseamento ou comodidade (artigo 43, III, Código Civil), não obstante o disposto no artigo 45, do mesmo estatuto, que prevê a possibilidade de mobilização desses objetos. E o artigo 46, do Código Civil, também prevê que "Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele mesmo se reempregarem".

Pergunta-se: E se nesse meio tempo os materiais forem objeto de furto? Não haverá o crime de receptação, se ilícitamente forem depois repassados a outrem, sabedor de sua origem? Parece evidente que sim.

As apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade também são imóveis por disposição legal (artigo 44, II, Código Civil). E, se furtadas, e depois recebidas por outrem, sabedor da origem criminosa, não seria este incriminado como receptor? É claro que sim, segundo pensamos.

A propósito, "B" furta as apólices de "A", proprietário. Depois, falsifica procuração, para resgatá-las em nome de "A", eis que as apólices, na hipótese, são inalienáveis. Posteriormente uma terceira pessoa, sabendo da trama, recebe o produto do crime e com ele adquire títulos da mesma natureza, também com cláusula restritiva de venda, agora em seu próprio nome. Esta terceira pessoa cometeria, a nosso ver, o crime de receptação, pois não provada a sua participação na falsificação da procuração, e se não se admitir que ela comete o crime de receptação, acabaria por ficar impune de uma ação verdadeiramente criminosa, o que não seria correto.

Basta verificar os poucos exemplos agitados, apenas para argumentar, que a tese da não inclusão do imóvel como objeto material do crime de receptação ainda fica mais difícil de sustentar nos casos em que os imóveis são assim considerados, não por natureza, mas por acessão, física ou intelectual, e por disposição legal.

Podemos ainda lembrar o caso dos navios, que são considerados imóveis para fins de hipoteca (artigo 810, VII, e artigo 825, do Código Civil c/c artigo 478, do Código Comercial); o direito à sucessão aberta (artigo 44, III, Código Civil); as quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica (Código de Águas — Decreto n. 24.643, de 1934, artigo 145), e assim por diante.

7.º) Um argumento que à primeira vista parece intransponível, para sustentar a impossibilidade de imóvel como objeto material do crime de receptação, foi usado pelo eminente Ministro do STF, Moreira Alves, em famoso voto dado no recurso de "Habeas Corpus" n. 57.710-5, de São Paulo, em 26 de fevereiro de 1980 (RT, 546/422, citada), ao analisar que no esbulho possessório previsto no artigo 161, § 1.º, do Código Penal, a pena é de um a seis meses de detenção, e multa, ao passo que, o receptor da posse assim obtida, estaria sujeito a uma pena de, no mínimo, um ano de reclusão, e multa, quando o ato do esbulhador é muito mais grave e danoso, para a sociedade e para a vítima, o que seria incongruente.

Contudo, embora bem posta a questão, não se pode olvidar que o artigo 161, § 1.º, II, do nosso Código Penal, teve inspiração no artigo 634, do Código Penal Italiano, e, ao tempo de sua inserção em nosso ordenamento jurídico, o crime de receptação também estava previsto com pena mínima muito inferior à máxima prevista no referido artigo do esbulho possessório.

Com efeito, conforme nos lembra Nelson Hungria, um dos autores do Código Penal de 1940 (obra citada, pág. 300 e seguintes), "A sanção do artigo 180, conforme fora decidida pela Comissão Revisora do Projeto Alcântara Machado, era, afora a multa, "reclusão de dois meses a quatro anos" (grifo nosso).

E essa pena mínima, esse piso, foi defendida pelo próprio Nelson Hungria, a pretexto de que em relação ao furto, as legislações alienígenas sempre deram tratamento mais brando à receptação, mas, "por erro na impressão ou talvez na cópia remetida à Imprensa Nacional", foi omitida a palavra "meses". E, após histórico debate entre ele, Hungria, e o eminente e então Desembargador José Duarte, sobre a questão, sobreveio a Lei n. 2.505, de 11 de junho de 1955 (15 anos depois!), só então alterando o mínimo da pena para reclusão de um ano, e, ao mesmo tempo,

ampliando à receptação dolosa o disposto no § 2.º, do artigo 155, do Código Penal.

Em outras palavras: ajustou-se o artigo 180, mas não se procurou compatibilizá-lo com o relativo à usurpação (artigo 161, § 1.º, e incisos), resultando, daí, a discrepância apontada pelo inclito Ministro Moreira Alves.

Essa discrepância, contudo, não tem relevância para o que se procura sustentar, pois está claro que ao se elaborar os dois dispositivos apontados, não havia aquela diferença, e o Juiz podia aplicar ao receptor o mínimo da pena, de dois meses, quando a pena máxima para o esbulho possessório já era, àquele tempo, de seis meses, embora de detenção e não de reclusão.

E, se na lei constou o piso de dois a quatro anos de reclusão, quando da publicação pela Imprensa Nacional, para o receptor, isso ocorreu por mero engano, conforme explicações do insuspeito Nelson Hungria, que foi, conforme mencionado, um dos autores do Código Penal de 1940.

Portanto, não se vislumbra qualquer incongruência na diferença depois apontada pelo eminente Ministro Moreira Alves, para se sustentar a tese da exclusão do imóvel como objeto material no crime de receptação.

8.º) Alega-se, também, em prol da tese que exclui o imóvel como objeto material do crime de receptação, que o § 4.º, do artigo 180, do Código Penal, introduzido pela Lei n. 5.346, de 3 de novembro de 1967, aplicável à receptação dolosa, alude a "bens e instalações", e que se deve interpretar no sentido de "bens", apenas para coisas móveis, ao passo que "instalações" diz respeito a imóveis mobilizados com a subtração, ou, se se considerar que "instalações" são coisas imóveis não mobilizadas, se terá de concluir que "bens" serão apenas os móveis ou imóveis mobilizados, sob pena de, caso essa expressão abarcasse também os imóveis, se ter a lei como redundante, por já estar na espécie "instalações" incluída no gênero "bens móveis e imóveis" (RT, 546/423 — já citada).

O argumento prova apenas que houve falta de técnica do legislador e nada mais. De fato, "bens" já significa móveis e imóveis, o mesmo se dizendo da palavra "instalações". Assim, sem prejuízo de entendimento, o legislador deveria se limitar a dizer "bens" do patrimônio da União, do Estado ou do Município. "Instalações", na qualificadora do § 4.º, do artigo 180, do Código Penal, é um "plus" totalmente desnecessário.

A propósito, ensina De Plácido e Silva que "bens" significa "toda coisa, todo direito, toda obrigação, enfim, qualquer elemento material ou imaterial, representando uma utilidade ou uma

riqueza, integrado no patrimônio de alguém e passível de apreciação monetária" (obra citada, pág. 236, vol. I).

Releva observar, por outro lado, que a boa técnica legislativa exige que os parágrafos, incisos e alíneas se ponham em harmonia com o *caput* do artigo, e não o contrário. E assim devem os "apêndices" ser interpretados. No caso, tanto a expressão "bens" quanto "instalações" não destoam da interpretação da palavra "coisa", inserida no *caput* do artigo 180, no sentido de que as três expressões levam ao entendimento de que representam "bens móveis e imóveis".

Aliás, sendo a Lei que introduziu o § 4.º, de 1967, quase trinta anos depois da criação do Código Penal (1940), e sabendo o legislador da polêmica que se instaurara a respeito da interpretação do *caput* do artigo 180, podia ter alterado também este dispositivo, dizendo, claramente, "coisa móvel". Todavia, se assim não agiu, presume-se que estava satisfeito com a redação existente, marcando, dessarte, ponto a favor da tese ora esposada.

No que concerne à receptação culposa (§ 1.º, do artigo 180), embora nos pareça difícil a sua ocorrência, tendo por objeto material do crime a coisa imóvel, poderá se caracterizar. Assim, um exemplo que nos ocorre diz respeito a pessoa notoriamente tida e havida como autora de vários negócios imobiliários ilícitos, e, mesmo assim, alguém, sabedor dos antecedentes de tal pessoa, sem tomar todas as providências necessárias, para garantir a segurança da aquisição ou do recebimento do imóvel negociado, **em razão da condição de quem o oferece**, concretiza a operação, agindo de forma negligente. Não presume o que lhe era exigido presumir, incidindo no crime, se depois se verificar a origem ilícita do imóvel. A consumação desse crime ocorrerá no momento e local em que a coisa imóvel for adquirida ou recebida.